



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**35) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



ATO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Lei Ordinária nº 478/2022

Considerando a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Projeto de Lei nº 479/2022 em sessão ordinária de 30 de junho de 2022, de autoria do Poder Executivo;

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono o Projeto de Lei nº 479 e, em ato contínuo, promulgo a Lei Ordinária nº 478 de 04 de julho de 2022.

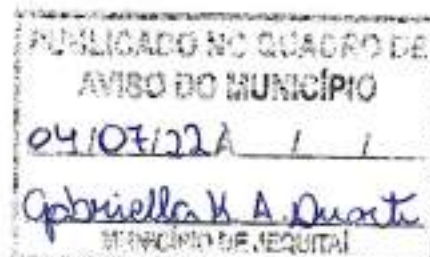
Registra-se, publique e cumpra-se.

Certifico e dou fé que a presente lei foi publicada no Diário Oficial do Município de Jequitai na data de 04 de julho de 2022 para conhecimento público, conforme inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica do Município.

Jequitai/MG, 04 de julho de 2022.

Eldimá Caldeira Benfica

Prefeito Municipal

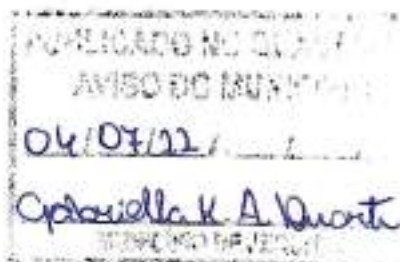




PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**38) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



LEI ORDINÁRIA Nº 478 DE 04 DE JULHO DE 2022.



Institui Programa Social, por prazo indeterminado, destinado a doar materiais de construção e sanitário, para reformas urgentes e construções de residências e fornecimento de mão de obra para pessoas hipossuficientes residentes no Município Jequitai/MG como projeto social, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jequitai, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do art. 67, da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Jequitai aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer, gratuitamente, materiais de construção civil e sanitário, inclusive os advindos de sobras ou do desfazimento das estruturas das secretarias municipais, para reformas, recuperações urgentes e edificações de casas para uso próprio de pessoas hipossuficientes residentes no Município Jequitai, bem como fornecer mão de obra para os fins postos na forma de Programa Social.

Parágrafo único: Será considerado um projeto social os instrumentos de combate à vulnerabilidade social definidos nesta Lei.

Art. 2º - A doação dos materiais de construção civil e sanitário, bem como a fornecimento de mão de obra, será realizada mediante cadastro das famílias e pessoas na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fins de comprovação de situação de vulnerabilidade econômica e social.

Art. 3º - Os profissionais de nível superior das equipes de referência dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica serão os responsáveis pela realização do cadastro familiar para doação dos materiais de construção



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**38) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



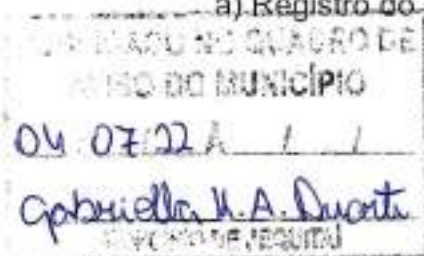
civil e sanitário e fornecimento de mão de obra, competindo à Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I- Recebimento do requerimento e documentos exigidos para doação de material e/ou de fornecimento de mão de obra;
- II - Avaliação socioeconômica das famílias e/ou indivíduos;
- III - Avaliação do enquadramento das famílias e/ou indivíduos nos critérios desta lei;
- IV - Avaliação e acompanhamento dos critérios de preferência;
- V - Deferimento da doação de materiais de construção e fornecimento de mão de obra;
- VI - Expedição do Termo de Doação de Material de Construção.

Parágrafo Único: Fica dispensada a avaliação socioeconômica das famílias e/ou indivíduos beneficiários de programas sociais dos governos estaduais ou federais.

Art. 4º - A participação no programa social de doação dos materiais de construção civil e sanitário, bem como o fornecimento de mão de obra ocorrerá mediante solicitação do requerente, com a observância dos seguintes critérios:

- I - Residência fixa no município, pelo período de 03 anos anterior ao requerimento, demonstrada por meio de comprovante de residência (contas de energia elétrica, água telefone, contrato de aluguel, folha resumo do Cadastro Único e prontuário fornecido pela Unidade Básica de Saúde ou outro documento idôneo);
- II - Documentação que comprove que o imóvel está em situação regular com o Município, comprovando sua posse ou propriedade, através de um dos seguintes documentos:
 - a) Registro do Imóvel junto ao Cartório do Registro de imóveis da Comarca ou;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**38) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



b) Contrato de promessa de compra e venda do imóvel acompanhada de comprovante de residência em nome do posseiro;

b) Declaração de Posse expedida pelo Poder Executivo.

III - Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

IV- Renda familiar per capita de até $\frac{3}{4}$ do salário mínimo;

V- Comprovante de residência;

VI - Laudo Técnico de Profissional de Engenharia, relatando se a reforma, recuperação ou construção do imóvel, bem como o fornecimento de mão de obra é de extrema urgência e necessidade, a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana;

VII - Documentos pessoais (RG, CPF, Certidão de Nascimento ou Casamento) do requerente e demais membros que compõem o grupo familiar;

§ 1º. A mão de obra será disponibilizada pelos servidores públicos municipais para realização de reparo ou reforma da residência do requerente.

§ 2º. Considera-se como situação emergencial para os fins desta Lei os decorrentes:

I - De caso fortuito, de força maior ou de fato não causado pelo requerente que, cumulativamente:

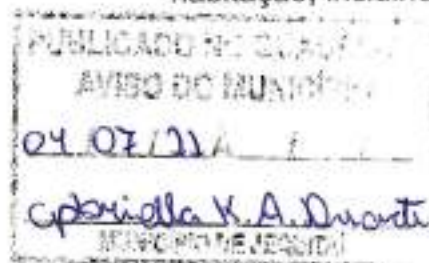
II - Comprometa a estrutura física e a segurança de sua residência, tornando-a temporária ou definitivamente inviável para moradia;

III - Submeta sua residência a risco iminente;

IV - Torne indispensável à realização de obra para conservar ou evitar a deterioração de sua residência;

V - Que comprometa a saúde dos residentes na habitação familiar.

VI- De fato não previsto nos itens anteriores que torne necessária a realização de obra para assegurar ao requerente e à sua família condições adequadas de habitação, incluindo higiene, saúde e digna acomodação;





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**38) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



VII - O benefício previsto nesta lei será destinado, exclusivamente, ao afastamento da situação que ensejou sua concessão, não se prestando à reforma ou requalificação para fins estéticos.

§ 3º. A disponibilização de mão de obra ocorrerá quando o requerente não dispuser de outros meios para obtê-la.

§ 4º. É indispensável a emissão de laudo técnico por profissional qualificado do setor de Infraestrutura Urbana e a avaliação favorável emitida pela Assistente Social para a concessão da mão de obra para realização das reformas.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal poderá doar os materiais especificados no art. 1º desta lei, total ou parcialmente, bem como ofertar mão de obra considerando-se a necessidade do donatário e as possibilidades financeiras e orçamentárias do Município, sempre obedecendo os critérios do artigo anterior desta Lei, bem como ordem de preferência, nesta ordem, para a obtenção do benefício de que trata esta Lei:

- I - Famílias beneficiárias do bolsa família;
- II - Famílias residentes em imóvel com maior risco à integridade física dos seus componentes, conforme parecer técnico de profissional especializado;
- III - Famílias com pessoas deficientes ou idosos a partir de 60 anos.
- IV - Famílias com crianças de 0 a 12 anos;
- V - Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana deverá fornecer à Secretaria Municipal de Assistência Social, antecipadamente, através de Profissional Engenheiro, Laudo Técnico relatando se a reforma, recuperação ou construção do imóvel é de extrema urgência e necessidade.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana também deverá fornecer à Secretaria Municipal de Assistência Social, planilha de quantitativos

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
AVISO DO MUNICÍPIO

04/07/2022

Gabriella K.A. Duarte
MUNICÍPIO DE JEQUITÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**38) 3744-1407,
CNPJ: 18.279.083/0001-65



e custos unitários e totais dos materiais a serem fornecidos pelo Município, a qual deverá estar assinada por profissional Engenheiro.

Art. 8º - Após realizados todos os procedimentos exigidos nesta lei, fornecimento dos materiais se fará através de "Termo de Doação", onde o beneficiário se compromete a realizar a devida destinação e utilização dos materiais doados, bem como sua retirada junto ao fornecedor indicado pelo Poder Executivo Municipal.

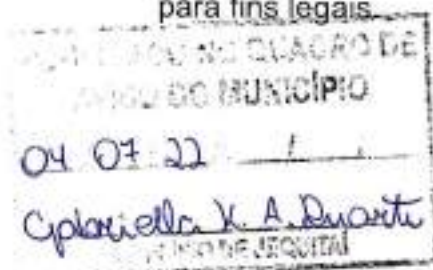
Art. 9º - A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana será a responsável pela fiscalização da devida utilização dos materiais fornecidos pelo Município.

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana notificará o beneficiário que fizer mau uso ou utilização diversa e indevida dos materiais doados, bem como a não utilização dos mesmos no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único - O descumprimento do previsto no caput deste artigo, sujeitará o donatário à devolução dos materiais nas mesmas condições e quantidades em que foram doados, ou ressarcimento aos cofres públicos Municipais nos valores correspondentes.

Art. 11 - Para fins do disposto nesta lei, a pessoa que por meio do programa social instituído por Lei for beneficiária da doação de materiais de construção e sanitário para edificação, não poderá ceder a terceiros, a título gratuito ou oneroso, o imóvel construído, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 12 - Para fins do disposto nesta lei, a pessoa que utilizar-se de informação ou documentação falsa, com o objetivo de beneficiar-se indevidamente da doação a que se refere esta Lei, será denunciado aos órgãos competentes, para fins legais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI
ESTADO DE MINAS GERAIS
Praça Cristo Redentor, 199 tel.: (0**38) 3744-1407.
CNPJ: 18.279.083/0001-65



Art. 13 - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, empregados neste programa.

Art. 14 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 09.04.01 – 16.482.0024.2092; 09.04.01 – 16.482.0024.3050.

Parágrafo Único: Fica autorizado a suplementação das dotações do caput, acaso necessário, na forma do Art. 43 e parágrafos, da Lei nº 4320, de 17/03/64.

Art. 15 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jequitai/MG, 04 de julho de 2022.



Eldimá Caldeira Benfica
Prefeito Municipal

